em questão
E-ISSN 1808-5245

Necessidades informacionais de migrantes Haitianos e a competência em informação para promoção da cidadania

Victória Venancio da Silva [I]
https://orcid.org/0000-0001-5711-9772

Adriana Rosecler Alcará [I]
https://orcid.org/0000-0003-4639-0967

[I] Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil

Resumo: O estudo analisa as necessidades informacionais de migrantes haitianos no Brasil e busca compreender de que modo a competência em informação pode contribuir para a promoção da cidadania e a redução de vulnerabilidades sociais e informacionais. Quanto aos procedimentos metodológicos, é uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, tendo três técnicas de coleta de dados, a saber: observação dos serviços oferecidos pela Cáritas aos migrantes; entrevista com a coordenadora do projeto de migração do programa e formulários que foram aplicados a 14 migrantes atendidos pela Cáritas, em uma cidade da região sul do Brasil. Os resultados revelam que a barreira linguística é a principal dificuldade, impactando o acesso ao mercado de trabalho e a serviços essenciais. As necessidades informacionais mais frequentes estão relacionadas a emprego, regulamentação de documentos, assistência médica e educação. Conclui-se que a competência em informação é uma importante ferramenta que, junto com outras ações, pode reduzir vulnerabilidades sociais e informacionais, contribuindo para a autonomia e integração dessa população. Ademais, políticas inclusivas e ações que desenvolvam habilidades informacionais são fundamentais para atender as necessidades de informação e promover o exercício pleno da cidadania.

Palavras-chave: competência em informação; migração Haitianos; vulnerabilidade social; necessidade informacional; vulnerabilidade em informação

1 Introdução

O avanço das tecnologias de informação e a crescente produção de dados, impactam significativamente a maneira como indivíduos se relacionam com

conteúdos informacionais. No entanto, nem todos os grupos sociais se beneficiam de forma equitativa dessas transformações. Grupos vulneráveis, como migrantes e refugiados, enfrentam desafios específicos no acesso à informação, aspecto essencial para sua integração e sobrevivência.

A competência em informação, entendida como um conjunto de habilidades para compreender as necessidades, buscar, avaliar e utilizar informações de maneira crítica e reflexiva, se mostra como importante ferramenta para redução de vulnerabilidade informacional e social. No caso dos migrantes haitianos que migram para o Brasil, as barreiras relacionadas à língua, à burocracia e à falta de políticas públicas adequadas, agravam o estado de vulnerabilidade vivenciado por esses indivíduos.

As necessidades informacionais, nesse cenário, configuram-se como o ponto de partida para compreender os desafios vivenciados pelos migrantes. Reconhecer tais necessidades permite identificar lacunas que dificultam o acesso a direitos básicos e a plena inserção social. Ao mesmo tempo, evidencia que a competência em informação não se desenvolve de forma isolada, mas se estrutura justamente como resposta a essas demandas. Assim, é na articulação entre necessidades informacionais e competência em informação que se delineiam caminhos possíveis para a construção de práticas mais inclusivas e para o fortalecimento da cidadania.

Diante desse contexto, o artigo analisa as necessidades informacionais de migrantes haitianos no Brasil e busca compreender de que modo a competência em informação pode contribuir para a promoção da cidadania e a redução de vulnerabilidades sociais e informacionais. A pesquisa foi conduzida com um estudo de natureza básica, abordagem qualitativa e tipologia exploratória e descritiva. Vale salientar que, neste artigo nos concentramos nas necessidades informacionais, porém este estudo representa um recorte de uma pesquisa mais ampla, realizada no âmbito do curso em Biblioteconomia de uma instituição de ensino superior da região sul do Brasil, cujo objetivo consistiu em analisar como a competência em informação pode auxiliar na promoção de cidadania para migrantes haitianos com foco em suas necessidades informacionais.

2 Competência em informação e as necessidades informacionais

Advinda de um cenário informacional em constante crescimento, a competência em informação, também conhecida por sua terminologia em inglês *Information Literacy,* surgiu pela primeira vez na literatura em 1974. O termo foi introduzido em um relatório intitulado *The information environment relationship and priorities,* elaborado pelo bibliotecário Paul Zurkowski, nos Estados Unidos. Neste documento, Zurkowski aconselhava a utilização de recursos informacionais como meio de solucionar problemas, através do aprendizado e domínio de técnicas e habilidades voltadas para o acesso à informação (Dudziak, 2003).

No início de sua aparição na literatura, a competência em informação era definida como conjunto de habilidades técnicas e práticas relacionadas ao manejo de conteúdos informacionais, o que mudou dois anos após a primeira aparição do conceito em 1976, passando a ter mais abrangência social e sendo frequentemente relacionada à emancipação política, cidadania e responsabilidade social (Dudziak, 2003).

A autora ainda destaca que a competência em informação deve ser entendida como um processo que tem início na percepção das necessidades informacionais e na socialização do acesso à informação, tanto em sua dimensão física, quanto intelectual. Esse processo ocorre de forma gradual e requer o envolvimento da comunidade educacional em sua totalidade. Ao considerar essa concepção mais ampla, nota-se que a competência em informação não se limita a um conjunto de habilidades individuais, mas se configura como um processo socialmente construído, em constante diálogo com as necessidades informacionais dos sujeitos (Dudziak, 2003).

Em consonância com a reflexão proposta por Dudziak (2003), Gasque e Costa (2003) compreendem a necessidade informacional como um déficit a ser suprido, condicionado não apenas por fatores objetivos, mas também por dimensões psicológicas, afetivas e cognitivas. Essa perspectiva evidencia que as necessidades de informação ultrapassam a simples ausência de conteúdos, envolvendo elementos subjetivos que influenciam a maneira como os sujeitos buscam, selecionam e utilizam a informação.

A perspectiva da competência em informação inicialmente desenvolvida no cenário internacional,, passou a influenciar também o debate acadêmico e as práticas formativas no Brasil, onde o conceito ganhou corpo em ações voltadas para a educação de usuários (Dudziak, 2003).

Assim, o percurso da competência em informação no Brasil se inicia, segundo Dudziak (2003), com o desenvolvimento de ações referentes à educação de usuários, sendo o termo discutido em espaços universitários e grupos de pesquisa apenas na década de 2000. Ainda sobre o fato citado, Belluzzo (2021) destaca atividades pioneiras em competência em informação no início do mesmo ano, no Brasil:

> [...] Em nosso contexto, as iniciativas em relação à CoInfo são realizadas desde o ano 2000, em especial na área da Ciência da Informação, destacando-se as atividades pioneiras pela Seção da América Latina e Caribe da IFLA (IFLA/LAC), Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade de Brasília (UnB), UNESP, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib), dentre outras universidades, organizações e institutos de pesquisa de importância no país (Belluzzo, 2021, p. 6).

O termo competência em informação percorreu um longo caminho intelectual e semântico para que fosse reconhecido como tal. Quanto à terminologia no contexto brasileiro, encontramos na literatura termos como: alfabetização informacional, letramento informacional, literacia informacional, fluência informacional, competência informacional e competência em informação (Dudziak, 2003).

Mata e Casarin (2008) trazem também o termo habilidades informacionais, encontrado em trabalhos publicados no Brasil, além de abordar em seu estudo a terminologia utilizada na literatura internacional em países de língua espanhola (Espanha e países da América Latina que falam espanhol), que utilizam, respectivamente, os termos*: alfabetización informacional* e *desarrollo de habilidades informacionales*; assim como o termo *mâitrise de l'information,* utilizado na literatura Francesa sobre competência em informação.

Muito se caminhou em relação à conceituação da competência em informação desde sua aparição na literatura em 1974. Atualmente, segundo Belluzzo (2021, p. 6):

> [...] o movimento da competência em informação, inclui-se, dentre as capacidades para o processo de busca e de avaliação crítica da informação, compreendendo a preocupação com o aprendizado do acesso e uso da informação de forma inteligente para a construção do conhecimento e aplicação à realidade social, além de envolver questões mais amplas como o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida.

A Association of College & Research Libraries (ACRL), divisão específica da American Library Association (ALA) para bibliotecas acadêmicas e universitárias, estrutura a competência em informação de modo contextual. A atualização da definição de competência em informação proposta pela ALA/ACRL engloba a descoberta reflexiva da informação e a participação dos sujeitos na criação de novos conhecimentos a partir dos já adquiridos:

> Competência em informação é o conjunto de habilidades integradas englobando a descoberta ponderada (reflexiva) da informação, o entendimento de como a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e na participação (ACRL, 2016, p. 3).

Com base no citado, a competência em informação está relacionada a processos e contextos individuais e coletivos que são influenciados por variáveis como: necessidades informacionais, habilidades atitudinais, conhecimentos anteriores, contextos sociais, entre outras. Portanto, é de suma importância que a mesma seja vista sob diversas perspectivas e contextos, respeitando a singularidade de cada sujeito e suas necessidades informacionais individuais. Essa compreensão é reforçada por Pereira e Alcará (2021), ao demonstrarem que a competência em informação se constitui como um recurso essencial para o reconhecimento e a busca pela satisfação das necessidades informacionais, possibilitando a ampliação da autonomia e da participação social dos sujeitos em seus contextos específicos.

3 O migrante e o refugiado

Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) indica que há cerca de 232 milhões de pessoas migrantes no mundo e que desse número, mais de 25 milhões de pessoas receberam status de refugiadas ao cruzarem fronteiras em busca de proteção. Sendo assim, é de suma importância salientar as diferenças conceituais entre os termos designados às pessoas que migram, visto que, mesmo que pareçam similares, os termos "refugiado" e "migrante" possuem significados distintos e que, conforme cita a ACNUR, confundi-los pode trazer diversos problemas à segurança e à vida de pessoas refugiadas (ACNUR, [2021]).

De acordo com o Glossário sobre Migração (c2009) o termo refugiado designa as pessoas que sofrem perseguição e ou risco de vida em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas, orientação sexual, guerras civis, declaradas ou desastres ambientais, e que em razão desses fatores, não possam contar com proteção de seu país de origem, sendo então, forçadas a deixá-lo sem perspectiva de retorno, uma vez que sua vida e integridade correm perigo. A pessoa refugiada conta com proteção internacional da Convenção de Pessoas Refugiadas de 1951 e da declaração de Cartagena, ambos os documentos garantem direitos e proteção universal às pessoas refugiadas. No Brasil, a lei n.º 9.474/97, que possui como objetivo proteger pessoas refugiadas, foi implementada somente no ano de 1997 (ACNUR, [2021]).

Enquanto o refugiado não possui opção entre sair de seu país ou ficar, o migrante decide se deslocar, geralmente em busca de melhores condições de vida, já que na maior parte das vezes seu país de origem enfrenta graves problemas sociais e políticos, fazendo com que os indivíduos que ali estão, não consigam ter perspectiva de mudança de sua realidade. O Glossário sobre Migrações (c2009) conceitua o migrante como o indivíduo que decidiu sair de seu país por livre escolha e, na maior parte das vezes, por razões de conveniência pessoal, buscando melhores possibilidades para si e para sua família.

A ACNUR ([2021]) enfatiza que uma das grandes diferenças entre os dois grupos citados é que, além de se deslocarem voluntariamente, os migrantes

podem retornar ao seu país de origem sem riscos diretos à sua vida e liberdade. Entretanto, o migrante não deve ser visto ou considerado um grupo que demande menos direitos e auxílios.

O termo imigrante, derivado de imigração, designa, de acordo com o Glossário sobre Migrações (c2009), o processo pelo qual estrangeiros se deslocam e se fixam no país de acolhimento. Sendo assim, podemos caracterizar como imigrante o indivíduo que após a migração se estabeleceu em um determinado país, conseguindo exercer seus mínimos direitos e deveres como cidadão, ocupando uma vaga de emprego, moradia e espaços de aprendizagem como escolas e universidades.

4 O fenômeno das migrações e a migração haitiana no Brasil

Os parágrafos 1 e 2 do Artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948 (ONU, 1948), estabelecem que todas as pessoas têm o direito de se movimentar livremente dentro das fronteiras de seu próprio país. Além disso, esse Artigo 13 garante o direito de qualquer pessoa de deixar qualquer país, incluindo o seu próprio, e de retornar a ele quando desejar (ONU, 1948). Dessa forma, torna-se responsabilidade dos países e seus governos, assegurar por meio de suas leis e políticas públicas que estes direitos sejam respeitados e cumpridos.

Sendo assim, ao abordarmos a questão da mobilidade humana, nos deparamos com fatores complexos que se estabelecem e esbarram nos campos social, político, cultural e legislativo. Dados da Organização Das Nações Unidas (ONU) apontam que há 244 milhões de pessoas fora de seu país de origem (ACNUR, [2021]).

Leis, serviços e políticas públicas, que objetivam promover cidadania e direitos humanos, devem ser inclusivas e considerar todos os cidadãos, incluindo aqueles nascidos em outros países. Nesse contexto, a informação desempenha um papel crucial na orientação, no empoderamento e no reconhecimento dos direitos humanos, garantindo que a população migrante viva com dignidade e pleno exercício de seus direitos. Por consequência, o acesso e conhecimento de leis que garantam direitos e proteção à essa

população, previne desigualdades, discriminação e a criminalização das migrações (Lussi, 2015).

A migração em território brasileiro teve início por volta de 1500 com a chegada dos colonizadores portugueses que tinham como principal objetivo explorar as terras pertencentes aos povos indígenas originários. Durante o período colonial, a formação do que conhecemos hoje como Brasil iniciou-se em um contexto de exploração.

A migração era predominantemente de portugueses e africanos devido à expansão mercantilista portuguesa no século XVI, com objetivo de suprir demandas e necessidade de mão de obra, traficando escravos negros africanos. Outros fluxos migratórios advindos da Europa também marcaram o final do século XVI, motivados por questões econômicas, políticas e sociais (Seyferth, 2011).

Partindo para o contexto do presente artigo e, levando em conta o Relatório Anual publicado em 2021 pelo Observatório das Migrações Internacionais OBMigra (2021), o número total de imigrantes entre 2011 e 2020 no Brasil, considerando os migrantes residentes e os imigrantes temporários, chegou a 986.919 mil pessoas, sendo as duas maiores populações migrantes, respectivamente, os venezuelanos e os haitianos, somando 321.391 mil pessoas em território brasileiro (OBMigra, 2021).

Apesar desses dados, a regulamentação jurídica da questão migratória no Brasil foi aprovada somente em 2017, revogando o Estatuto do Estrangeiro de 1980 (Lei n. 6.815/1980) (Brasil, 1980), que tinha como objetivo manter a segurança nacional. Até aquele momento, os migrantes e refugiados (com maior foco nos indivíduos migrantes de países do oriente médio e américa latina) eram vistos como ameaças para os cidadãos brasileiros. O Estatuto do Estrangeiro não tratava de forma específica as migrações, assim como não assegurava direitos à essa população.

Em prol do Estatuto e contra a Lei n. 13.445/2017, grupos anti-imigração vinculados à direita conservadora fomentaram a falsa ideia de que os migrantes representam prejuízo ao país (Brasil, 2017).

De acordo com a Agência Brasil (2021), "[...] atualmente 1,3 milhão de imigrantes residem no Brasil" e, segundo o Ministério de Justiça e Segurança Pública, o Brasil recebeu cerca de "[...] 1.700 refugiados entre janeiro e junho de 2022". Dentre eles, em sua maioria, venezuelanos e haitianos, reforçando o citado (Brasil, 2022).

Dado a urgência do tema, Greco e Folena (2022) enfatizam que a chegada de migrantes haitianos impulsionou e fortaleceu a discussão acerca do tema da migração no Brasil. O número de pedidos de refúgio para o Brasil cresceu absurdamente após o terremoto que devastou o Haiti em 2010, chegando a 28.670 pedidos em 2015, condição que obrigou o país a agir frente à essa situação emergencial que havia se formado, criando o visto humanitário e, posteriormente, respaldando a criação da Nova Lei de Imigração (Fernandes; Faria, 2017).

Assim, considerando que os haitianos constituem a segunda maior população migrante do Brasil e sendo o foco desta pesquisa, devemos compreender o contexto do Haiti, suas singularidades e especificidades históricas e sociais. A criação de portarias e políticas públicas que atendem a população migrante e refugiada, deve considerar essas especificidades para que sejam efetivas e inclusivas.

O Haiti é um dos países com a maior vulnerabilidade social da América Latina. A sua capital Porto Príncipe (*Port-au-Prince*) é a cidade mais populosa do país, com cerca de três milhões de habitantes. Sua história é marcada por dominações, luta contra a escravidão e o colonialismo francês, responsável por uma série de crises, violências e uma guerra-política que posteriormente deu início à revolução haitiana de 1804. Ainda, em decorrência de sua posição geográfica, o país é frequentemente afetado por desastres ambientais (Gomes; Silva, 2020).

A revolução haitiana protagonizou o que jamais havia sido visto pelos colonizadores europeus: africanos escravizados, pela primeira vez na história da humanidade, lutaram pela liberdade de seu povo e pelo estabelecimento da ordem em seu país, o que repercute em sua existência até os dias atuais, desde a

omissão de sua origem até a noção ocidental perpassada pela mídia internacional de que o Haiti é um país caótico e violento (Nogueira, 2017).

A migração de haitianos ganhou maior intensidade a partir de 2004, e a principal busca por refúgio foi direcionada aos países da América Central e do Sul. A partir de 2010, o Brasil se tornou o principal destino desses migrantes, um fato que chamou a atenção, pois, anteriormente, não havia uma relação migratória significativa entre o Haiti e o Brasil (Fernandes; Faria, 2017).

A presença de militares brasileiros em solo haitiano foi um dos fatores que influenciou esses fluxos migratórios, assim como a política que cedia vistos para a entrada em território brasileiro por razões humanitárias ao Haiti. Segundo Lemes e Lanza (2019), nesse contexto pós terremoto, o Brasil se apresentou como país acolhedor para o cenário internacional e para organizações como a ONU, facilitando a entrada desses imigrantes.

Em contrapartida, por não haver qualquer lei que possuísse ordenamento jurídico específico à essa população, o Brasil se ausentou de suas responsabilidades e o resultado foi a precariedade das ações destinadas aos migrantes haitianos, que chegavam em terras brasileiras sem as mínimas condições de direitos e cidadania (Fernandes; Faria, 2017).

Oliveira (2015) cita que, mesmo antes de 2010 (ano do terremoto), o Brasil já havia selado um compromisso com o Haiti em 2004, com a entrada das Forças Armadas Brasileiras no cumprimento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). O Brasil foi responsável por liderar esse movimento, contribuindo com 1.200 militares para a realização de ações humanitárias e atendimentos à população haitiana. Ao todo, de acordo com o Ministério da Defesa, 37.449 militares participaram da operação.

Diante da crescente incidência desse fenômeno a partir de 2010, Lemes e Lanza (2019) esclarecem que a migração sempre foi vista pela classe trabalhadora como uma oportunidade para melhorar as condições de vida ou até mesmo como uma estratégia de sobrevivência, como ocorreu no Haiti. O Brasil foi uma alternativa aos costumeiros destinos de mobilidade haitiana (República Dominicana, Estados Unidos, França, Bahamas, Martinica, Guadalupe e a

Guiana Francesa) e teve seu ápice entre 2013 e 2014, impulsionados pelos fatores supracitados.

Por essa razão, é imprescindível compreender o papel da informação para os contextos migratórios, levando assim à ações que contribuam com o cumprimento de diretos que levem cidadania à essa população.

5 Vulnerabiliadade social e informacional

Segundo o Glossário sobre Migração (c2009), podemos compreender os grupos vulneráveis como aqueles que estão mais susceptíveis à práticas discriminatórias, desastres ambientais e que se encontram em situações indignas decorrentes a dificuldades econômicas e falta de respaldo governamental, sendo as mulheres, crianças e idosos os mais afetados em situação de crise ou conflitos.

A vulnerabilidade social está intrinsecamente ligada ao sistema de produção capitalista e à crescente desigualdade social presente na sociedade na qual estamos inseridos. Vitorino (2018) enfatiza que as principais características dos grupos vulneráveis incluem a incapacidade de tomar decisões a respeito dos próprios interesses, sentir-se fragilizado, enfrentar limitações em sua capacidade ou liberdade ou encontrar-se em um estado de dependência ou impotência em relação aos sistemas físicos e sociais.

Entre os grupos potencialmente vulneráveis estão inseridos: sem-teto, migrantes, refugiados, minorias raciais, pessoas idosas (principalmente mulheres), pessoas com qualquer tipo de limitação ou deficiência, indígenas, pessoas pobres ou em desvantagem econômica e social, dentre muitas outras (Vitorino, 2018).

Portanto, segundo Lussi (2015), ser migrante ou refugiado não implica, necessariamente, em vulnerabilidade. Contudo, a vulnerabilidade pode surgir em contextos migratórios como resultado de vários fatores. Entre eles, a falta de cumprimento de leis e a ausência de políticas públicas eficazes. Tais circunstâncias podem colocar esses indivíduos em situações que os tornam mais suscetíveis à vulnerabilidade.

Assim, a vulnerabilidade social, os baixos índices de desenvolvimento humano e a exclusão, não devem ser vistos como fatores desconectados da ausência de ações e da escassez de políticas públicas. Também devemos destacar a responsabilidade do estado na promoção da cidadania e dignidade a todos os cidadãos. (O Atlas, c2024).

O conceito de vulnerabilidade em informação, proposto por Vitorino (2018), está diretamente ligado ao conceito de vulnerabilidade social, defendido pela mesma autora, visto que a vulnerabilidade social pode ser constituída por pessoas ou lugares e geralmente está vinculado à exclusão social e àqueles indivíduos que não possuem voz ativa no contexto social que estão inseridos. Portanto, podemos compreender a vulnerabilidade em informação como:

> [...] um estado de susceptibilidade a danos causados às pessoas por excesso de exposição à informação ou falta de acesso à informação e a tensões associadas a esse fenômeno na sociedade, devido à ausência de resiliência no que concerne ao desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação (Vitorino, 2018, p. 82).

Sendo a informação um direito básico e elemento essencial para atender as necessidades informacionais e exercer a cidadania, é possível estabelecer uma conexão entre a competência em informação e as vulnerabilidades sociais e informacionais. Isso significa que, além de competências individuais para acessar a informação, é necessário minimizar os impactos negativos resultantes da ausência de acesso à informação.

6 Metodologia

Por se tratar de um estudo que propõe como objetivo geral analisar as necessidades informacionais de migrantes haitianos no Brasil e compreender de que modo a competência em informação pode contribuir para a promoção da cidadania e a redução de vulnerabilidades sociais e informacionais, realizamos uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e com a tipologia exploratória e descritiva.

O *locus* da coleta de dados foi a instituição Cáritas Arquidiocesana de uma cidade do sul do Brasil, que possui como pauta a defesa dos direitos humanos à pessoas e grupos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, como os migrantes haitianos. O projeto de apoio à migrantes da Cáritas, assim como o projeto Cáritas Internacional ao qual o primeiro é vinculado, são ligados à Igreja Católica e existentes há mais de 70 anos; seu surgimento se deu após um forte terremoto abalar o Japão em 1948, sendo o ano de 1950 data oficial de sua criação e o ano de 1956, ano de expansão do Cáritas Brasil (Cáritas Brasileira, c2022).

Para compor a amostra da presente pesquisa, fizemos um levantamento de quantos migrantes e refugiados a instituição atende e, a partir disso, definimos um número de participantes da pesquisa com indivíduos de diferentes perfis, constituindo-se assim em uma amostra por conveniência.

A partir disso, enviamos convites para aproximadamente 30 migrantes e/ou refugiados haitianos com idade superior a 18 anos, atendidos pelo programa e que foram indicados pela coordenação do projeto; o envio foi feito através do e-mail e do aplicativo de mensagens WhatsApp. Enviamos os convites em dois idiomas (língua Francesa e língua Portuguesa) e o mesmo continha: o título da pesquisa, o local e a hora de realização. O critério de envio do convite foi para os migrantes que possuíam WhatsApp e/ou e-mail ativo cadastrado no sistema da instituição.

A partir do envio, 19 migrantes compareceram no dia e hora marcados para a aplicação do formulário de coleta de dados. Porém, nossa amostra consistiu-se em 14 migrantes e/ou refugiados em razão dos demais terem outras questões para resolver junto à instituição ou não se sentirem confortáveis para falar devido à barreira do idioma, não conseguindo se comunicar em português ou francês, línguas das quais a presente autora possui fluência.

Além dos migrantes haitianos, contamos com a participação da coordenadora do projeto de migração da Cáritas para a complementação dos dados que foram coletados, mediante entrevista gravada.

Levando em conta a complexidade e a relevância do tema, além do formulário e da entrevista, também realizamos uma observação, sendo então

utilizadas três técnicas de coleta de dados, a fim de responder os objetivos da pesquisa.

Partindo para a realização dos procedimentos para a coleta de dados, iniciamos de acordo com a seguinte ordem: contato inicial com os coordenadores da Cáritas para apresentação e autorização da pesquisa e após, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, órgão que solicitou a tradução do formulário e do termo de consentimento livre e esclarecido, para o idioma francês.

Após submetidas as traduções, obtivemos aprovação do Comitê de Ética e iniciamos a observação no mês de fevereiro/2023, que consistiu em três encontros em que foram observados as ações realizadas pelo programa de migração e a interação dos migrantes com os espaços, funcionários e ações oferecidas pela instituição.

Os demais instrumentos foram aplicados no mês de março/2023 na seguinte ordem: entrevista gravada com a coordenação da Cáritas (realizada em um encontro) e aplicação do formulário com os migrantes haitianos, também em um encontro. Após a coleta, os dados foram organizados e tabulados de acordo com cada instrumento específico e as categorias de análise estabelecidas, sendo elas: necessidades informacionais, fontes de informação formais e informais, formas de compartilhamento da informação, dificuldades e barreiras para o acesso e as ações da Cáritas. Salientando que para este artigo nos concentramos especificamente nos resultados em relação às necessidades informacionais.

7 Apresentação e análise dos resultados

Apresentaremos no decorrer da seção um apanhado geral dos resultados obtidos com a pesquisa e, como já mencionado, com foco nas necessidades informacionais dos migrantes haitianos.

7.1 Algumas características dos participantes

Nossa amostra contou com 14 participantes com idade superior a 18 anos, sendo 13 participantes do gênero masculino e uma participante do gênero feminino. Foi possível constatar também que a maior parte dos migrantes haitianos eram

indivíduos com mais de 30 anos (dez participantes), com chegada no Brasil entre 2012 e 2015.

A apresentação dos resultados foi organizada de forma descritiva e conforme os aspectos mais recorrentes identificados na pesquisa, tais como, o perfil dos participantes, os motivos que os levaram a residir na cidade e os desafios enfrentados no acesso à informação para atender as suas necessidades e integração na cidade.

Durante a entrevista foram citados três motivos para os participantes terem fixado residência nessa região do Sul do Brasil. A maior parte (oito participantes) apontou como motivo o fato de ter familiares e/ou conhecidos que já estavam instalados na cidade. Conhecer alguém de seu país e cultura, encorajam os migrantes a se instalarem, reforçando a união e a importância do vínculo com seu povo para a permanência no Brasil.

Por ser a maior motivação desde o início da intensificação dos fluxos migratórios com o Brasil, a inserção no mercado de trabalho brasileiro por haitianos passa por diversos desafios e barreiras que vão desde a falta de acesso ao idioma, à falta de políticas públicas e discriminação, fazendo com que mesmo com qualificações, esses imigrantes fiquem condicionados a empregos que muitas vezes os expõem ainda mais à situações de vulnerabilidade: "[...] além de servirem, como mão de obra abundante e disponível, às necessidades econômicas do capital, a sua condição de ser um estranho, um outro, torna-os expostos a toda ordem de exploração e desproteção social" (Lanza; Ribeiro; Faquin, 2018, p. 272).

Partindo para questões culturais empregadas aos migrantes haitianos, podemos observar, tanto na literatura, quanto nas falas durante a aplicação do formulário, a questão da importância do vínculo familiar, baseado em seus valores, sendo a procura pela rápida inserção no mercado de trabalho impulsionada pelo desejo de ajudar aqueles que permaneceram no Haiti, até que possam dar condições para a sua migração ao Brasil:

> Salienta-se que os haitianos que procuram o Brasil para reconstruírem suas vidas, em sua maioria, possuem algum grau de qualificação profissional, portanto não são refugiados iletrados e

> sem preparo. Muitos deles possuem curso técnico, curso superior e falam até três idiomas, entre eles o espanhol e o francês. O mercado de trabalho brasileiro, entretanto, os exploram, principalmente aqueles que aqui estão em condição ilegal, como mão de obra barata e, não raramente, com poucos direitos trabalhistas empregados (Castro; Bernartt; Godoy, 2017, p. 194).

Mesmo enfrentando dificuldades com o idioma, xenofobia, falta de políticas públicas e os diversos obstáculos para a inserção no mercado de trabalho, a questão da lealdade com o seu grupo familiar, que pode já estar no Brasil ou ainda no Haiti, é um fator que impulsiona para sua adaptação às condições que aqui encontram, mesmo que isso se apresente de maneira diferente do que esperavam (Silva, 2017).

Muitos são os desafios e barreiras incumbidas à esses migrantes que, além dos obstáculos em alcançar oportunidades de trabalho, enfrentam também a consequência da ineficiência das políticas de inclusão das universidades brasileiras, mesmo com iniciativas como cotas e o aporte financeiro fornecido aos estudantes migrantes e refugiados das universidades conveniadas com a Comissão de Estudos sobre o Ensino Superior para Migrantes e Refugiados (CSVM) (Peres; Cerqueira-Adão; Fleck, 2022).

Seguindo para a escolaridade, dentre os 14 participantes entrevistados, somente um participante ingressou em uma instituição de ensino superior no Brasil. Dos 13 participantes restantes, seis relataram durante a coleta de dados, nunca ter frequentado nenhuma instituição de ensino no Brasil.

A coleta de dados realizada contribuiu significativamente para a compreensão das características e desafios enfrentados por essa população. As informações obtidas sobre faixa etária, ano de chegada, vínculos familiares, e o desejo de ingresso à educação superior são fundamentais para embasar as ações e políticas voltadas a essa comunidade.

Abordaremos a seguir, coerente com o proposto para o artigo, as necessidades informacionais apresentadas pelos migrantes no decorrer da coleta de dados.

7.2 Necessidades informacionais

Retomando o caminho utilizado para a coleta, além dos dados até aqui apresentados que possuem o objetivo de caracterizar os participantes, os demais dados foram organizados em categorias temáticas, sendo as necessidades informacionais uma delas. Portanto, abordaremos o conteúdo coletado nos três instrumentos: formulário aplicado aos migrantes haitianos, entrevista com a coordenadora do setor de migração da Cáritas e observação das atividades na instituição citada.

Partindo para a observação cujo objetivo foi: observar e conhecer as ações oferecidas pelo projeto de migração, podemos constatar que o projeto de atendimento aos migrantes e refugiados oferece serviços como: aulas gratuitas de língua portuguesa para estrangeiros, doação de cestas básicas, tradução e custeamento de tradutor juramentado e o auxílio com a documentação, que consiste no cadastro, triagem, agendamento para regulamentação de documentos e encaminhamento para atendimento psicossocial.

O serviço de documentação foi mencionado como “carro chefe” diversas vezes pela coordenação da Cáritas. Sendo o serviço com maior procura, fato esse, que confirmamos durante a observação. Os migrantes buscam orientações de como e onde ir para solicitar documentos referentes a migração, trabalho, regularização da situação migratória e reunificação familiar.

Ao chegar no Brasil, uma das maiores necessidades é a inserção no mercado de trabalho, porém, os desafios são muitos, sendo o mais citado a dificuldade com o idioma.

Cotinguiba (2014) cita que a dificuldade é ainda maior para as mulheres, visto que a maior parte delas fala somente o idioma crioulo, o que dificulta ainda mais a inserção no mercado de trabalho e integração, por se tratar de um idoma pouco difundido, diferente do francês também falado no Haiti, que é melhor difundido e com maiores possibilidades de falantes brasileiros.

O fato de muitos cidadãos haitianos falarem apenas crioulo tem origem na constatação de que embora o Haiti seja oficialmente um país bilíngue, tendo o *créole* (crioulo) e o francês como idiomas oficiais, o *Créole* é o dialeto nacional amplamente falado. Apenas uma minoria da população, cerca de 15%,

fala francês. O idioma francês é utilizado em documentos e trâmites burocráticos, acentuando a desigualdade social (Nogueira, 2017). Ainda, Oliveira (2015) destaca que, mesmo que a língua francesa seja vista como um meio de ascensão social, não existem oportunidades viáveis para que a população mais pobre possa ter acesso a ela.

Advindos de uma cultura patriarcal e o fato do francês ser um idioma utilizado em situações de formalidade, mesmo que visto como um instrumento de ascenção social, como citado, mulheres são as menos oportunizadas, evidenciando além da desigualdade social, a de gênero.

Observamos, a partir dos dados, que as maiores necessidades relacionadas à busca por informação foram pautadas na procura por empregos, auxílios, regularização da documentação, atualizações sobre a vinda de outros membros da família ao Brasil, permissão de trabalho, procura por cursos gratuitos de língua portuguesa, visto que esse é um dos maiores impedimentos para que esses migrantes consigam se estabelecer e ocupar vagas de emprego com carteira assinada, informações sobre assistência médica, direitos e proteções legais.

Em entrevista, quando questionamos a coordenadora sobre quais eram as principais necessidades informacionais desses indivíduos, obtivemos a seguinte resposta:

> [...] O acesso ao idioma, porque eles chegam aqui no Brasil [...] com o objetivo de trabalhar e ter uma renda para ajudar a família lá no país de origem, mas para eles conseguirem trabalhar eles precisam ter pelo menos o conhecimento básico do português, se não eles não conseguem passar nem por uma entrevista e precisam aceitar qualquer emprego, que é o que a gente vê muito acontecer (Coordenadora entrevistada[1]).

A fala da coordenadora nos confirma o exposto por Nogueira (2017) e Lanza, Ribeiro e Faquin (2018), que enfatizam a importância de políticas públicas eficientes e das redes de acolhimento para que esses migrantes recebam o amparo necessário fazendo com que alcancem autonomia.

Durante a entrevista, foram mencionadas diversas demandas relacionadas à busca por documentação, como o Registro Nacional Migratório (RNM), informações sobre locação de imóveis, acesso à educação e à saúde

pública para a família, além da regulamentação do processo de solicitação de refúgio por meio do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e das permissões de trabalho. Esses pontos evidenciaram a importância das ações desenvolvidas por instituições como a Cáritas:

> [...] compreendemos que o acesso dos imigrantes às políticas de seguridade social está em construção e necessita de um robusto investimento do Estado, mas também de um compromisso profissional que compreenda os imigrantes como sujeitos singulares, inseridos nos territórios, com direito a serviços públicos que respeitam suas particularidades (Lanza; Faquin; Ribeiro, 2018, p. 278).

De acordo com o que já foi mencionado, a aplicação do formulário foi feita nos idiomas português e francês e aplicado a 14 migrantes e refugiados haitianos atendidos pela Cáritas. Quando questionados sobre as necessidades de informação que possuíam, as respostas foram: informações sobre trabalho, universidades e ensino, sobre formas de mandar dinheiro para a família no Haiti, informações sobre aplicativos de instituições bancárias, informações jurídicas, trabalhistas e documentação, e vacinas durante a pandemia.

Dos 14 migrantes entrevistados, dois deram relatos mais detalhados expondo uma necessidade de informação e o contexto em que ela surgiu. Os relatos eram sempre feitos com muitos detalhes e soavam como pedidos de ajuda:

> Participante 1[2]: "Eu trabalhei em uma empresa de frigorífico desde que cheguei aqui em 2013. No Haiti eu era professor de francês, mas aqui tive que trabalhar com isso e eu ficava o dia inteiro em pé, até que eu fiquei doente. A empresa não me pagou até agora e eu vivo com um benefício para comprar remédios. Preciso saber como eu faço para receber o que é meu por direito".
> Participante 2[3]: "Eu cheguei aqui no Brasil no começo de 2019 com a minha filha pequena. Meu sonho era estudar e vou prestar medicina pela 3ª vez [...]; eu nunca consegui um trabalho com carteira registrada e por isso nunca consegui colocar ela na escolinha do governo. Eles sempre me diziam que eu precisava ter carteira assinada e comprovar que eu trabalho para conseguir uma vaga para ela. Mas como vou conseguir uma vaga de emprego se eu não tenho com quem deixar ela? Tive que colocar ela em uma escolinha particular e é um dinheiro que faz muita falta para mim. Eu agora trabalho como trancista em um salão de cabelos no centro, onde a dona também é estrangeira".

Os relatos expõem o que milhares de migrantes e refugiados encontram ao se depararem com a realidade brasileira. Falta de políticas públicas, falta de preparo e respaldo das instituições, exclusão, racismo, xenofobia, entre muitos outros aspectos que tornam sua situação ainda mais vulnerável e dramática:

> As desigualdades que discriminam e excluem têm relação com a vulnerabilidade que expõe os sujeitos à exclusão. Ser migrante ou refugiado, por si só, não significa ser vulnerável, mas a migração pode representar uma condição que favorece e até leva a pessoa a passar por situações de vulnerabilidade, como as que são favorecidas pela exaltação da especificidade migratória, assim como acontece também onde se verifica a negação das diversidades que os sujeitos que migram levam consigo. Políticas públicas para migrantes podem fortalecer as desigualdades, enquanto a inclusão da população migrante e refugiada nas políticas públicas pensadas em uma perspectiva integral e transversal favorece a integração e a prevenção de violações de direitos. Desigualdade não se combate com igualdade; se previne com equidade (Lussi, 2015, p. 136).

Complementar a isso, destacamos Lanza, Ribeiro e Faquin (2018, p. 278) ao afirmarem "[...] que o acesso dos imigrantes às políticas de seguridade social está em construção e necessita de um robusto investimento do Estado". Aliado a isso, as autoras também chamam a atenção para o "[...] compromisso profissional que compreenda os imigrantes como sujeitos singulares, inseridos nos territórios, com direito a serviços públicos que respeitam suas particularidades" (Lanza; Ribeiro; Faquin, 2018, p. 278).

Ao abordarmos se havia interesse pela inserção educacional, todos os migrantes citaram que gostariam e que só não haviam feito por questões como: dificuldade em compreender o idioma, por não ter passado no vestibular; dificuldade em conseguir informações referentes ao ensino gratuito ou por não possuírem condições financeiras para arcar com os custos de um ensino privado.

Levando em conta o citado por Lussi (2015), e sendo a vulnerabilidade informacional fator que expõe populações potencialmente vulneráveis a riscos associados à falta de acesso à informações ou ao uso inadequado da mesma como a crença em informações falsas e/ou enganosas, podemos, por meio do desenvolvimento da competência em informação, juntamente com outros fatores, como a criação e manutenção de políticas públicas eficientes e a promoção de integração, fornecer subsídios necessários à essa população, de

modo que consigam avaliar, interpretar e filtrar conteúdos informacionais, fortalecendo sua autonomia, participação social e exercício da cidadania.

8 Considerações finais

Sendo as necessidades informacionais dos migrantes haitianos, foco principal do presente estudo, podemos identificar no decorrer da pesquisa, que a maior necessidade informacional dos migrantes haitianos está ligada à falta de acesso ao idioma e os problemas que derivam dessa questão, como a falta de inserção no mercado de trabalho, integração social e educacional.

Todas essas questões evidenciam o estado de vulnerabilidade informacional e social vivenciados por essa população, assim como enfatiza a importância de ações que aproximam os migrantes haitianos de direitos básicos como a inserção em instituições de ensino e acesso ao idioma.

Dessa forma, reafirma-se que as necessidades informacionais constituem o eixo central para compreender os desafios enfrentados por migrantes haitianos. O reconhecimento dessas necessidades especialmente no que se refere ao idioma, mercado de trabalho, saúde e educação não apenas revela a condição de vulnerabilidade vivida, mas também orienta o desenvolvimento de ações e políticas que visem ao acolhimento e à integração. É a partir dessas necessidades que a competência em informação se mostra como recurso essencial, possibilitando transformar demandas informacionais em práticas que promovem cidadania e inclusão social (Pereira; Alcará, 2021).

Constatamos também que o desenvolvimento de habilidades para o acesso à informação é parte importante e essencial para que ocorra a emancipação e integração social, evidenciando a relevância da competência em informação para esse processo.

Pensar ações levando em conta o contexto e a cultura de diferentes populações, contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária, assim bibliotecas e centros de informação podem, com o auxílio da competência em informação, desempenhar importante papel no desenvolvimento de habilidades, como a busca, a avaliação, o uso e o

compartilhamento consciente de informações, levando esses indivíduos a pensarem de forma crítica e ética, ao longo da construção do seu aprendizado.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Número de novos imigrantes cresce 24,4% no Brasil em dez anos: atualmente 1,3 milhão de imigrantes residem no Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 7 dez. 2021.

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Palavras importam**. [Brasil]: ACNUR, [2021].

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information literacy for higher Education**. Chicago: ACRL, 2016.

BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação no Brasil e o protagonismo científico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 1-12, 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasil recebe 1.720 refugiados entre janeiro e junho de 2022: Venezuelanos são maioria entre estrangeiros que tiveram a condição de refugiado reconhecida. **Portal gov.br**, Brasília, 30 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências (Estatuto do Estrangeiro). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, p. 16534, 21 ago. 1980.

BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 154, n. 99 , p. 1 , 25 maio 2017.

CÁRITAS BRASILEIRAS. [**Página inicial**]. [Brasília]: Cáritas Brasileiras, c2022.

CASTRO, B. L. G.; BERNARTT, M. L.; GODOY, C. M. T. A Tecnologia de informação e comunicação como um instrumento para a migração: um estudo sobre os Haitianos no Brasil. **DRd-Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 7, n. 2, p. 158-172, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.24302/drd.v7i2.1543. Acesso em: 15 abr. 2025.

COTINGUIBA, G. C. **Imigração Haitiana para o Brasil** - a relação entre trabalho e processos migratórios. 2014. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000100003. Acesso em: 15 set. 2025.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos Haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 34, p. 145-161, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0012. Acesso em: 15 abr. 2025.

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. S. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 54-61, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000300007. Acesso em: 22 ago. 2025.

GLOSSÁRIO sobre migração. Genebra: OIM, c2009. v. 22.

GOMES, P. V. P.; SILVA, M. M. A História do Haiti na perspectiva de haitianos: uma proposta pedagógica para o ensino de história. *In*: ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 11., 2020. **Anais** [...]. Ponta Grossa: ABEH, 2020. p. 1-10.

GRECO, P. T. P.; FOLENA, J. R. Seletividade e utilitarismo nas imigrações internacionais para o Brasil: existiria um direito internacional do inimigo no Brasil? **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 10, n. 1, p. 217-234, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5016/ridh.v10i1.117. Acesso em: 15 abr. 2025.

LANZA, L. M. B.; RIBEIRO, P. B. A.; FAQUIN, E. S. Imigrantes nos territórios: problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 271-280, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p271. Acesso em: 15 abr. 2025.

LEMES, J. R.; LANZA, I. M. B. Análise crítica acerca da experiência religiosa dos Haitianos na região de Londrina/PR. **Revista Relegens Thréskeia**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 54-68, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5380/rt.v8i1.67861. Acesso em: 15 abr. 2025.

LUSSI, C. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, p. 136-144, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140014. Acesso em: 15 abr. 2025.

MATA, M. L.; CASARIN, H. C. S. Biblioteca escolar e a aplicação da proposta da competência em informação no ensino fundamental. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 28-39, dez. 2008.

NOGUEIRA, F. B. **Dèyè mòn, gen mòn: imigração haitiana no Brasil - relatos do vivido**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O ATLAS [da Vulnerabilidade Social (AVS)]. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Índice de Vulnerabilidade Social, c2024.

OLIVEIRA, R. B. R. A proteção integral do imigrante Haitiano no Brasil: uma análise situacional do visto humanitário. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO ACONPEDI, 23., 2014 João Pessoa. **Anais** [...]. Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 380-400.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMigra). **Relatório Anual 2021**: 2011-2020: uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Brasília: OBMigra, 2021.

PERES, L. B.; CERQUEIRA-ADÃO, S. A. R.; FLECK, C. F. Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. 1-21, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244344por. Acesso em: 15 abr. 2025.

PEREIRA, A. P.; ALCARÁ, A. R. As necessidades informacionais e a competência em informação dos pais de surdos. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 26, p. 1-24, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79382. Acesso em: 15 abr. 2025.

SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, p. 47-62, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000300007. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVA, S. A. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos Haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 99-117, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0009. Acesso em: 15 abr. 2025.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da "vulnerabilidade em informação". **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, p.71-85, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v47i2.4187. Acesso em: 15 abr. 2025.

Information needs of Haitians migrants and Information Literacy for the promoting of citizenship

Abstract: The study analyzes the informational needs of Haitian migrants in Brazil and seeks to understand how information literacy can contribute to promoting citizenship and reducing social and informational vulnerabilities. The methodological approach is qualitative, exploratory, and descriptive, using three data collection techniques: observation of the services offered by Cáritas to migrants; interviews with the program's migration project coordinator; and questionnaires administered to 14 migrants served by Cáritas in a city in southern Brazil. The results reveal that the language barrier is the main obstacle, impacting access to the job market and essential services. The most frequent information needs are related to employment, document processing, healthcare, and education. The conclusion is that information literacy is an important tool that, along with other actions, can reduce social and informational vulnerabilities, contributing to the autonomy and integration of this population. Furthermore, inclusive policies and actions that develop information skills are essential to meet information needs and promote the full exercise of citizenship.

Keywords: information literacy; Haitian migration; social vulnerability; informational needs; informational vulnerability

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Victoria Venancio da Silva, Adriana Rosecler Alcará
Coleta de dados: Victoria Venancio da Silva
Análise e interpretação de dados: Victoria Venancio da Silva, Adriana Rosecler Alcará
Redação: Victoria Venancio da Silva, Adriana Rosecler Alcará
Revisão crítica do manuscrito: Victoria Venancio da Silva, Adriana Rosecler Alcará

Declaração de disponibilidade de dados

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

Autoria para correspondência

Adriana Rosecler Alcará
adrianaalcara@gmail.com

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

SILVA, Victoria Venancio; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Necessidades informacionais de migrantes Haitianos e a competência em informação para promoção da cidadania. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-147195, 2025. https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.147195

Parecer(es) aberto(s):

https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.147195A

https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.147195B

Recebido: 24/04/2025
Aceito: 01/09/2025

CC BY

[1] Entrevista de pesquisa concedida em 02 de março de 2023, em cidade da região sul do Brasil.
[2] Entrevista de pesquisa concedida em 06 de março de 2023, em cidade da região sul do Brasil.
[3] Entrevista de pesquisa concedida em 06 de março de 2023, em cidade da região sul do Brasil.